

A educação de surdos, a busca ativa de estudantes e a proposta da escola bilíngue libras-português em Parnaíba-PI

Deaf education, the active search for students and the proposed bilingual libras-português school in Parnaíba-PI

Educación de sordos, búsqueda activa de alumnos y la propuesta de una escuela bilingüe libras-portugués en Parnaíba-PI

Recebido: 01/01/2025 | Revisado: 08/01/2025 | Aceitado: 09/01/2025 | Publicado: 13/01/2025

Maria Estely Rodrigues Teles

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0292-9046>

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

E-mail: teles.estely@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar ações e estratégias realizadas na busca ativa¹ de estudantes surdos como forma de garantir o acesso e a permanência na escola bilíngue - libras-português de Parnaíba-Piauí. A legislação brasileira, considerando a Constituição Federal (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabelecem a educação como direito de todos, e as leis específicas sobre educação inclusiva, não garantem a sua efetivação. O estudante surdo ou com deficiência auditiva fica mais marginalizado devido à barreira comunicacional, quando não há o uso da libras, considerada indispensável para o seu desenvolvimento. Por conseguinte, há a defesa de medidas urgentes para que os surdos tenham ensino bilíngue desde a tenra idade. Assim, esta investigação, de cunho qualitativo, é composta da análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue libras-português de Parnaíba (PI) e dos dados obtidos com entrevista aberta realizada com representantes da escola bilíngue, a única do Piauí, de associações e movimentos sociais. Os resultados auxiliaram na identificação de desafios e evidenciam a luta de instituições filantrópicas pela manutenção e garantia de acesso, permanência e sucesso, diante de um cenário de políticas públicas reduzidas. Dessa maneira, consideramos a necessidade de que, em todas as esferas governamentais, políticas educacionais sejam pensadas de maneira concomitante com as políticas linguísticas para a garantia do direito dos estudantes surdos à educação de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; Bilíngue; Surdo; Políticas Públicas.

Abstract

The aim of this study is to analyze the actions and strategies carried out in the active search for deaf students as a way of guaranteeing access and permanence in the bilingual school - libras-português in Parnaíba-PI. Brazilian legislation, considering the Federal Constitution (CF), the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the Law of Guidelines and Bases (LDB), which establish education as a right for all, and the specific laws on inclusive education, do not guarantee its implementation. Students who are deaf or hard of hearing become more marginalized due to the communication barrier, when there is no use of Libras, which is considered indispensable for their development. Consequently, there is a call for urgent measures to ensure that deaf people have bilingual education from an early age. Thus, this qualitative investigation consists of a documentary analysis of the Pedagogical Political Project of the bilingual libras-português school in Parnaíba (PI) and data obtained from open-ended interviews with representatives of the bilingual school, the only one in Piauí, associations and social movements. The results helped to identify challenges and highlight the struggle of philanthropic institutions to maintain and guarantee access, permanence and success, in the face of a scenario of reduced public policies. In this way, we consider the need for educational policies at all levels of government to be designed in tandem with language policies in order to guarantee deaf students' right to quality education.

Keywords: Inclusion; Bilingual; Deaf; Public Policy.

¹ Neste estudo, o termo busca ativa é baseado no conceito usado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), visando que em “uma sociedade que busca um futuro mais justo e equânime para todas as pessoas precisa usar todas as estratégias para garantir que os direitos de cada um(a) dos(as) cidadãos(ãs) sejam respeitados e garantidos de maneira efetiva” (UNICEF, 2022, p. 13).

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar las acciones y estrategias adoptadas en la búsqueda activa de alumnos sordos como forma de garantizar su acceso y permanencia en la escuela bilingüe - libras-portugués en Parnaíba-PI. La legislación brasileña, considerando la Constitución Federal (CF), Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y Ley de Directrices y Bases (LDB), que establecen la educación como un derecho de todos, y las leyes específicas sobre educación inclusiva, no garantizan su realización. Los alumnos sordos o con dificultades auditivas quedan más marginados debido a la barrera de la comunicación, cuando no utilizan Libras, que se considera indispensable para su desarrollo. En consecuencia, se reclaman medidas urgentes para garantizar que las personas sordas reciban una educación bilingüe desde una edad temprana. Así, esta investigación cualitativa se compone de un análisis documental del Proyecto Político Pedagógico de la escuela bilingüe libras-portugués en Parnaíba (PI) y de datos obtenidos a partir de entrevistas abiertas con representantes de la escuela bilingüe, la única en Piauí, asociaciones y movimientos sociales. Los resultados ayudaron a identificar desafíos y destacar la lucha de las instituciones filantrópicas para mantener y garantizar el acceso, la permanencia y el éxito, frente a un escenario de reducción de las políticas públicas. De esta forma, consideramos la necesidad de que las políticas educativas en todos los niveles de gobierno sean consideradas en conjunto con las políticas lingüísticas para garantizar el derecho de los alumnos sordos a una educación de calidad.

Palabras clave: Inclusión; Bilingüe; Sordos; Políticas Públicas.

1. Introdução

A legislação brasileira, considerando documentos oficiais como, a Constituição Federal - CF (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA – (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996) que instituem a educação como um dos direitos subjetivos do indivíduo, assim como outras leis específicas sobre educação inclusiva, que estabelecem o acesso à educação e a permanência de todos na escola, não garantem a sua efetivação na prática. Mélo *et al* (2015) discutem a existência desta política de inclusão que vai na contramão da diversidade e das necessidades específicas da população com ou sem deficiência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo 2022 mostra que cerca de dezenove (19) milhões de pessoas a partir dos dois (2) anos de idade possuem alguma deficiência, enquanto que 1,2% afirmaram ter dificuldades para ouvir. Em relação à escolarização, 19,5% das pessoas com deficiência são analfabetas. A maioria não possui instrução escolar ou não completou o Ensino Fundamental (63,3%). Além do que, apenas 11,1% conseguiram completar o Ensino Fundamental ou têm Ensino Médio incompleto; e 25,6% concluíram o Ensino Médio e 7% possuem Ensino Superior (Gala, 2024).

Dentro deste nicho, as crianças surdas ou com deficiência auditiva tendem a ficar mais marginalizadas por conta da barreira comunicacional, quando não há o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), considerada indispensável para os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento infantil. Quadros (2017) afirma que a privação da linguagem, e no caso, da libras como L1, provoca além de um comprometimento linguístico e cognitivo, impactos na vida social dos surdos.

Dayrell (1996) discute a escola como instituição dinâmica e polissêmica, fruto de um processo de construção social. Com este olhar, o autor ressalta que neste espaço sócio cultural, aspectos e dimensões presentes são neutralizadas, sendo consideradas óbvias e julgadas como sem importância para a educação, e por isso muitas vezes não são notados, passando despercebidos. Para Dayrell (1996) a complexidade escolar com suas diversidades deve ser assumida e tratada como elemento desencadeador do processo educativo.

De acordo com Romeu Sasaki (2009) é preciso entender as dimensões que envolvem o ato de incluir, sendo elas: arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática, metodológica e atitudinal. Na educação de surdos, a dimensionalidade da inclusão se depara com a realidade escolar. Lodi (2021) cita três modelos inclusivos que têm sido realizados dentro das escolas. O primeiro é a utilização da libras em salas regulares nos anos iniciais do ensino fundamental; o segundo é a presença de intérpretes de libras em salas regulares em todos os níveis educacionais; e o terceiro é a presença de alunos surdos nas salas regulares com ouvintes sem intérprete de libras.

Diante desta problemática, é necessária a sensibilização de toda a sociedade para que esse movimento da garantia do direito de aprender e se desenvolver ocorra o quanto antes. Nessa direção, há uma forte defesa por medidas urgentes para que as crianças surdas frequentem a escola, inclusive por meio de um ensino bilíngue desde a tenra idade.

Quadros (2015) aponta a importância do encontro surdo-surdo e do compartilhamento do bilinguismo entre pais ouvintes e surdos ir além do uso da língua portuguesa e língua de sinais brasileira por conta do entrecruzamento das culturas e identidades. Dessa maneira, compreendendo o movimento inclusivo como um paradigma a ser quebrado, a comunidade surda viu na educação bilíngue uma saída mais salutar e eficaz para o processo de inclusão escolar.

Destarte, estudos mostram a influência e a potência da aquisição da língua de sinais para a aquisição da língua falada/escrita, ou seja, o português (Quadros, 1997, 2011, 2015, 2017). O que quer dizer que aprender libras e com libras não só torna possível a escolarização do surdo, mas possibilita a equidade na aquisição do conhecimento e nas diversas relações sociais também com os ouvintes.

A partir disto, alguns questionamentos surgiram, como: Até que ponto os anseios da comunidade surda para o ensino bilíngue libras-português e de qualidade ganham notoriedade social e política? O que o Poder Público nas esferas federal, estadual e municipal faz jus à legislação e documentos diversos vigentes diante da realidade constatada? Portanto, este estudo busca compreender e analisar ações e estratégias realizadas na busca ativa de estudantes surdos como forma de garantir o acesso e a permanência na escola bilíngue – libras-português de Parnaíba-PI.

Assim, a discussão da temática inclusão, educação de surdos e educação bilíngue ocorre com base nos pressupostos teóricos colocados por Dayrell (1996), Goldfeld (1997), Lodi (2015; 2021), Mélo *et al* (2015), Quadros (1997; 2011; 2015; 2017), Sasaki (2009) e Skliar (2016). À priori, destacamos aspectos introdutórios sobre o bilinguismo como modalidade educacional, contextualizando, em seguida, a realidade do estado do Piauí e de Parnaíba referente à comunidade surda e a criação da escola bilíngue libras-português de Parnaíba; apresentamos a metodologia escolhida para alcance do objetivo desta investigação; e, logo após, evidenciamos a análise dos dados, obtidos por meio do Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI e da entrevista concedida por representantes colaboradores no projeto de criação e implantação da escola bilíngue, possibilitando algumas considerações finais.

2. Referencial Teórico

Nesta seção, discorreremos aspectos introdutórios sobre o bilinguismo como modalidade educacional, e contextualizamos a realidade do estado do Piauí e de Parnaíba referente à comunidade surda e a criação da escola bilíngue libras-português de Parnaíba.

2.1 Uma introdução sobre o bilinguismo como modalidade educacional

A educação bilíngue tem enfrentado historicamente divergências quanto à sua proposta e conceito, tendo ganhado força, nos últimos anos, como modalidade de ensino. Após inúmeros entraves políticos e sociais, a educação bilíngue passou a ser uma modalidade na educação por meio da Lei 14.191 de 2021 (Brasil, 2024), modificando o texto da própria LDB. Anteriormente, a educação de surdos fazia parte da modalidade Educação Especial, em que havia uma integração do estudante surdo nas salas de aulas, e, por vezes, assistido no contra turno por intérprete de libras ou profissional na sala de recurso multifuncional.

Skliar (2016) ressalta a visibilidade dada para o uso da língua de sinais como construção de uma política de identidades, e considera a ruptura com a educação especial, marcada pelo fracasso escolar e pelas relações de poder e ideologias dominantes, caminho para uma educação mais significativa para a comunidade surda, que tem a heterogeneidade

como uma de suas características.

Segundo Goldfeld (1997), o bilinguismo deve ocorrer com a aquisição no primeiro momento da língua de sinais (L1) e depois da língua portuguesa (L2), no entanto, a aprendizagem da L2 acontece só na modalidade escrita, se não for possível aprender na modalidade oral. O processo de ensino e das aprendizagens do surdo, inclusive da libras, deixa de ser exclusivo nos Atendimento de Educação Especializadas (AEE) e com a presença de intérpretes nas salas de aula junto à estudantes ouvintes no ensino regular, e passa a ser pensada diversas possibilidades para que ocorra o bilinguismo libras-português.

O movimento de educação bilíngue para os surdos não é algo recente, pois, tanto pais quanto professores e pesquisadores têm empreitado manifestos e lutas em busca de equidade para toda a comunidade, tendo como apoio principal a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Um exemplo disso, é a expedição de nota, em 2013, sobre propostas para o ensino bilíngue para surdos.

Escolas bilíngues (onde a língua de instrução é a Libras, e a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, mediada pela língua de instrução, Libras; essas escolas se instalam em espaços arquitetônicos próprios e nelas devem atuar professores bilíngues, sem mediação por intérpretes e sem a utilização do português sinalizado. Os alunos não precisam estudar no contraturno em classes de Atendimento Educacional Especializado, dado que a forma de ensino é adequada e não demanda atendimento compensatório); As classes bilíngues (que podem ocorrer nos municípios em que a quantidade de surdos não justificar a criação de uma escola bilíngue específica para surdos) podem existir na mesma edificação de uma escola inclusiva; Nas escolas inclusivas, onde o português oral é a língua de instrução, algumas vezes mediada por intérpretes, o aluno surdo tem que estudar dois períodos, participando do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno e são matriculados duas vezes (dupla matrícula) (Feneis, 2013, s. p.).

Desde que houve a alteração na legislação brasileira muitas regiões, estados e cidades do país organizam-se, conforme sua realidade, a favor da instalação do formato de educação bilíngue para a comunidade surda. Um processo lento e desigual que representa um desafio da política educacional e linguística arraigados pelos diferentes contextos brasileiros em que os surdos vivem.

Segundo Quadros (2015), ao tratar sobre educação de surdo e bilinguismo devem ser levados em conta a complexidade de aspectos, que perpassa por: considerar a modalidades das línguas visuoespacial e oral-auditiva; a falta de conhecimento dos pais sobre a libras; o contexto de aquisição da língua (muitos vezes tardio); a ameaça representada na língua portuguesa; a vontade do surdo aprender ou não a libras; as políticas públicas sobre o *status* bilíngue; e a reconstrução do *status* da língua portuguesa pelos próprios surdos.

Especialistas e parte da comunidade surda acreditam que a escola regular não tem condições de incluir plenamente o estudante surdo por conta da barreira comunicacional, que é a não apropriação da Libras, enquanto que muitas famílias também não sabem ou pouco a dominam. Lodi (2021) afirma que as escolas não estão preparadas para receber o surdo, a cultura surda, a diferença linguística, as particularidades e materialidade da língua de sinais, que somadas implicam um gargalo, inclusive no que se refere a prática de ensino a partir da libras.

Enquanto que Mélo *et al* (2015, p. 339) corroboram com a discussão dizendo que “[...] a escola precisa suprir essa lacuna, criando ambientes linguísticos que não se restrinjam à simples troca de informações, mas deem oportunidade para uma comunicação fluente, viva e natural, entre colegas, professores e demais profissionais da escola”.

Sobre a importância da libras para a educação de surdos, Lima (2015) alerta para o reconhecimento da libras e do português como instrumento linguístico de desenvolvimento cognitivo, social e político, mas também para a preocupação com as diferenças, particularidades gramaticais e históricas das línguas para a efetivação da educação escolar para estudantes surdos.

Numa perspectiva vigostkiana, Lodi (2021) enfatiza o desenvolvimento da linguagem como base para o processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo.

[...] todo o desenvolvimento da criança depende da presença do outro, daquele que possui domínio da linguagem para, dialeticamente, constituir-se como sujeito na e pela linguagem, pois se entende que a trajetória principal do desenvolvimento psicológico da criança é de progressiva individualização, ou seja, é um processo que se origina nas relações sociais, interpessoais e se transforma em individual, intrapessoal (Lodi, 2021).

A evidência das relações sociais para que o desenvolvimento da linguagem ocorra torna fundamental a presença dos interlocutores de libras seja na escola ou em casa. Lodi (2021) afirma ainda que a criança surda que tem um atraso na linguagem retarda o desenvolvimento dos processos psicológicos. Assim, a busca pela garantia e valorização da língua, identidade e cultura surda na formação das pessoas é um caminho a ser descortinado.

2.2 A escola bilíngue libras-português de Parnaíba-Piauí

No Piauí e em Parnaíba, até o momento, não há registros oficiais publicizados sobre o quantitativo da comunidade surda. Segundo a Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência² (SEID) do Piauí, o setor realiza cadastro do público alvo, mas até o momento não foi concluído. Os dados do Censo 2010 mostram que o número de pessoas com alguma deficiência auditiva no Piauí é de 185. 975 mil, já em Parnaíba, o quantitativo entre os graus de surdez e deficiência auditiva giram em torno de 8 mil e 84 pessoas (IBGE, 2010).

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí³ – SEDUC, a política pública atual em relação à comunidade surda é pautada na oferta do Atendimento Educacional Especializado: AEE em Libras, AEE de Libras e AEE de língua portuguesa; na disponibilização nas escolas de profissionais intérpretes e instrutores de Libras; e na oferta de Cursos de Libras para profissionais da educação e comunidade. Sobre a educação bilíngue, a SEDUC afirma que o estado do Piauí não possui escolas bilíngues, e sim escolas inclusivas que ofertam o ensino aos estudantes surdos com a complementação do Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando o AEE em Libras, AEE de Libras e AEE de língua portuguesa.

Não obstante, em 2020, a escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI foi criada para atender o público alvo da Educação Infantil (a partir de 0 ano de idade) e Ensino Fundamental, iniciando com turmas do 1º ao 5º ano na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo instituída pela lei complementar nº 56, de 20 de janeiro de 2022. De acordo com Nascimento *et al* (2024), este movimento se deu pela organização da comunidade surda ligada à Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS), a Associação dos Professores Bilingues e Amigos dos Surdos de Parnaíba (APBASPA - Helen Keller), a Pastoral dos Surdos de Parnaíba e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

A escola bilíngue libras-português foco das reflexões desta investigação fica localizada na cidade de Parnaíba, no Piauí. O estado piauiense faz parte da região nordeste com um contingente populacional de 3.271.199 de habitantes. Já a cidade de Parnaíba, localizada no litoral do estado, é a segunda cidade piauiense mais populosa. Conforme o Censo 2022, coletado pelo IBGE, o município possui 162.159 pessoas, tendo registrado um crescimento de cerca de 11% nos últimos dez anos (IBGE, 2024).

Desde a criação da escola bilíngue, houve significativo crescimento no número de matrículas. Em 2022, haviam vinte e um (21) estudantes, enquanto que em 2023 o número cresceu para sessenta e seis (66), e atualmente, são duzentos e vinte e nove (229) matriculados. Atualmente, ela funciona de forma regular nos três turnos e tem como prioridade a matrícula voltada para estudantes surdos, surdo cegas, com surdez associada e outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, assim como, para *Child of Deaf Adults* – CODA, que corresponde aos filhos ouvintes de pessoas surdas, e familiares de pessoas surdas.

² As informações foram recolhidas por meio do site da SEID no mês de setembro de 2024.

³ A SEDUC respondeu via email, no mês de setembro, por meio do ofício SEDUC-PI/GSE Nº 2352/2024.

3. Metodologia

Este é um estudo de cunho qualitativo com análise documental e entrevista aberta que possibilitou identificar e analisar ações e estratégias realizadas na busca ativa de estudantes surdos como forma de garantir o acesso e a permanência na escola bilíngue – libras-português da cidade de Parnaíba-PI desde sua criação.

A análise documental, segundo Godoy (1995), possui características específicas e pode servir também como suporte complementar para outros procedimentos do processo investigativo. Já a entrevista é uma técnica metodológica em que o pesquisador a partir das falas realiza uma conversa não neutra com objetivos claros junto aos sujeitos-objeto da pesquisa que estão inseridos na realidade focalizada (Minayo, 2001).

Por sua vez, a definição clara do objetivo que se quer alcançar é fundamental para a coleta dos dados, principalmente em uma pesquisa qualitativa (Creswell, 2007), conseqüentemente a devida escolha dos documentos a serem analisados.

Destacamos que os dados levantados estão diretamente ligados ao Projeto Político Pedagógico (Nascimento *et al*, 2024) da escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI, que passa por reformulação, e ao material coletado com a entrevista aberta. A análise será alinhada aos estudos de Bardin (2016), na busca de compreender e inferir percepções, sentidos e significados diante da complexidade do universo investigado.

Segundo Veiga (2006), o Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui-se como documento cerne das finalidades e função da escola. É a partir do PPP que se deixa claro os caminhos, operações e ações em relação ao que professores, equipe (técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local comungam sobre o processo educativo oferecido na instituição escolar.

A escolha dos sujeitos para a entrevista se deu por serem representantes ouvintes e surdos envolvidos na idealização e criação da escola bilíngue libras-português de Parnaíba, como a Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS), a Organização Não Governamental (ONG) Hellen Keller e a Pastoral do Surdo de Parnaíba.

A entrevista aberta é composta por quatro perguntas: 1. “Qual foi a importância e necessidade do movimento para a criação de uma escola bilíngue libras-português em Parnaíba e região?”; 2. “Existem pontos relevantes sejam positivos ou negativos que foram e são encontrados na criação e no funcionamento da escola?”; 3. “Quais ações e estratégias você poderia citar que podem ser desenvolvidas para os estudantes acessem e permaneçam na escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI?”; 4. “Como você ver as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal atuais para a educação bilíngue?”

Após contato anterior, no mês de agosto de 2024, os sujeitos representantes das instituições responderam à entrevista aberta por meio de áudios. As perguntas foram enviadas de forma online mediante aplicativo de mensagem. Para a não identificação das respostas dadas, os entrevistados foram nomeados com palavras ligadas ao tema deste estudo, tais como: “Inclusão”, “Luta”, “Equidade” e “Política Pública”.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção, evidenciamos os resultados e a análise dos dados, obtidos por meio dos escritos no Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI e da entrevista concedida por representantes colaboradores no projeto de criação e implantação da escola bilíngue.

4.1 Alguns olhares sobre o ensino bilíngue em Parnaíba

Aqui, apresentamos reflexões sobre o ensino bilíngue libras-português de Parnaíba-PI a partir dos olhares de representantes da escola bilíngue, da Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS), da ONG Hellen Keller e a Pastoral dos Surdo de Parnaíba. Durante entrevista aberta, cada representante respondeu quatro perguntas que serão destacadas e analisadas

a seguir.

Questão 1. “Qual a necessidade do movimento para a criação de uma escola bilíngue libras-português em Parnaíba e região?”:

[...] nós estávamos com inúmeros com alunos surdos matriculados no município e que infelizmente o município ainda não possui intérpretes e nem tão pouco na época não possuía uma política que salvaguardasse a inclusão de verdade do aluno surdo. Então, existe essa necessidade de verdade que os alunos surdos pudessem ter o mesmo acesso ao conhecimento. Além disso, a escola bilíngue daqui de Parnaíba-Piauí deveria ser utilizada como modelo, deveria haver mais investimentos para que ela pudesse abarcar outras comunidades próximas de Parnaíba, como cidades da nossa circunvizinhança, como Ilha Grande, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Bom Princípio, Buriti dos Lopes, Araíoses bem aí no Maranhão[.] (Luta).

Quando os seus filhos nascem só vai tá “mimimi”, abraçando e cheirando seus filhinhos, mas quando chega uns 2 anos você se pergunta “Meu Deus, onde vou botar meu filho na escola?”. E pra onde é que vão nossos filhos surdos? Para onde ia o meu filho? Passar os bullying que ele sofreu, os preconceitos que ele passou? Sei lá, sei lá, sei lá. Então, o meu filho, como eu digo para todos, é um sujeito político que nasceu com uma visão avançadíssima. e ele me pediu a sua escola porque ele viu que tinha essas escolas. Os surdos conversavam com ele e ele me falou nessa escola. [..]. E aí chegou a vez quando aquele outro presidente criou a lei. Aí deu certo, o meu filho com a preocupação dele e com a minha de criar essa escola em Parnaíba. A importância é para letrar e alfabetizar o surdo na sua língua para que ele se torne um cidadão de status, conhecendo seus direitos, conhecendo através de língua brasileira de sinais, no caso no Brasil, libras. A importância é letrar esse indivíduo na sua língua. Assim, quebra aquele paradigma antigo de que o surdo era um sujeito, na linguagem comum do povo, incompetente e outros adjetivos. [...]. Os surdos têm uma meta que é retirar todos os empecilhos, todos os preconceitos do seu caminho para que ele se torne um cidadão como os ouvintes, como essa sociedade majoritária que somos nós (Inclusão).

O município de Parnaíba não tinha nenhuma proposta voltada para os alunos surdos e nem nas cidades circunvizinhas, então, a partir de uma iniciativa da diretora da educação inclusiva no ano de 2016 para fazer algo relacionado a educação bilíngue pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado, surgiu o primeiro movimento dessas professoras que faziam parte da Educação Inclusiva. Eu, professora C., professora D., L., I. e B., nós nos unimos e fomos fazer uma leitura acerca da língua brasileira de sinais, libras, da população surda, da educação de surdos. A partir daí, nós fizemos um momento alusivo sobre a educação bilíngue. Daí houve uma inquietação muito grande porque o momento alusivo não traria reais efeitos para educação dos surdos. Foi então que nós decidimos fazer uma busca ativa de quantos surdos tinham na cidade, quantos surdos estavam na idade escolar, que estavam matriculados e que tipo de proposta estava sendo dadas para ele. Foi aí que descobrimos que existia um número muito significativo de surdos na rede municipal de Parnaíba e que não haviam propostas, metodologias adequadas para o ensino destes surdos. Então, quando nós observamos isso, nós percebemos a necessidade de haver uma escola que seguisse exatamente as características de uma escola bilíngue onde a língua de sinais seria a primeira língua voltada para esse público alvo. A importância é deixar para as futuras gerações uma escola que esteja adequada do ponto de vista do desenvolvimento cultural e linguístico da língua de sinais para a população surda não só de Parnaíba, mas das cidades circunvizinhas (Equidade).

[...] quando foi elaborado esse projeto para nós foi maravilhoso, porque nesse projeto da criação da escola bilíngue já estávamos vendo nosso sonho realizado. Porque a princípio foi o mesmo sonho que com o surgimento desse projeto e a criação da escola bilíngue se transformou em realidade. Então, nós já fomos para dentro do espaço antes de já existir à escola. Já fomos para lá nos organizar e planejar, e como ONG, nós pudemos ajudar muito porque já trabalhávamos com a educação do surdo, já trabalhávamos com professores orientando, ajudando e dando formação. A ONG em 2018/2019 formou vários professores da rede municipal, fomos fazer lá um trabalho voluntário. [...]. Nós fizemos durante dois anos voluntariamente a formação de muitos professores, muito mesmo, né?! De quase todas as pessoas da rede, aqueles que optaram em fazer o curso de libras. Como nosso objetivo já era esse, já vínhamos trabalhando nisso, então, isso foi maravilhoso. Então, a importância foi essa, né? Como já trabalhávamos e já tínhamos contato com surdos, contato com professoras que tinham alunos surdos, como já fazíamos formação de professores na secretaria de educação. Em todos os trabalhos sempre o objetivo principal era a formação, o estudo dos alunos surdos, como eles estavam aprendendo na escola. Íamos na escola e ajudávamos até a ornamentar as salas, se assim fosse permitido pela professora, pela diretora. Entrávamos na sala, tirávamos todos os cartazes e colocávamos cartazes bilíngue, caso a gente soubesse que tivesse um aluno surdo nessa escola (Política Pública).

Na primeira pergunta Luta, Inclusão, Equidade e Política Pública descrevem suas percepções da idealização à criação

da escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI para a comunidade surda. Em posições históricas, culturais e sociais diferentes os sujeitos entrevistados enfocam a grande necessidade da escola bilíngue diante da realidade local.

Luta propõe que a escola bilíngue passe a ser referência na região. Entendemos que sua fala reforça a marginalização da comunidade surda que existe e que tem conhecimento sobre o número substancial de pessoas surdas na região. Enquanto que Política Pública diz que a criação da escola bilíngue foi a realização de um sonho diante do trabalho voluntário que já vinha sendo desenvolvido junto aos estudantes e professores na educação regular.

Inclusão toma a pergunta como realidade pessoal por conta da exclusão educacional passada por seu filho surdo, e consequentemente o sofrimento acometido pela barreira comunicacional existente. Inclusão cita que é uma realidade que não poderia mais se repetir, tanto que buscou meios para a criação da escola bilíngue libras-português em Parnaíba-PI. Assim, percebemos uma conexão entre as falas que objetivaram e inter cruzaram seus objetivos para a educação de surdos para a projeção e instalação da escola.

Para Luta, os surdos são subestimados, mas precisam da educação bilíngue para serem minimamente alfabetizados e letrados. Algo que Inclusão enfatiza por considerar a educação bilíngue como espaço para que essa alfabetização e letramento aconteça como ocorre para os ouvintes.

Equidade descreve que a busca pela escola bilíngue também ocorreu por busca ativa iniciada por professoras do AEE. Compreendemos com essa afirmação que a busca ativa foi feita porque, na época, não havia levantamento e dados sobre a comunidade surda na cidade. Ao relatar o trabalho realizado, Política Pública traz a reflexão de que o trabalho direto na escola com a preocupação com o ensino e a aprendizagem dos estudantes surdos era de iniciativa voluntária. Além disso, na fala de Equidade é possível identificar o intuito de que a educação bilíngue se fortaleça e se expanda em toda a região, reforçando o pensamento inicial de Luta.

Outro ponto defendido por Luta, Inclusão e Equidade é sobre a ineficiência do ensino para os surdos nas salas regulares, que não promove equidade na aquisição de conhecimento por conta do modelo atual das instituições escolares.

Política Pública afirmou terem realizado trabalhos formativos e de organização de salas regulares onde tinham surdos, além de colaborarem voluntariamente na preparação da escola bilíngue libras-português contou. O que reforça ainda mais as afirmações dadas anteriores da existência de um ensino inadequado, assim como a ineficácia de ações e investimentos governamentais na educação regular para os surdos.

A evidência de Inclusão para a superação do preconceito e da marginalização surda, coaduna com as falas dos outros sujeitos desta pesquisa, como a inexistência, relatada por Equidade, de propostas políticas, educacionais e até a falta de mapeamento da comunidade surda em Parnaíba naquele momento. Todas as respostas harmonizam-se com o anseio de deixar legado e aumentar as possibilidades de inclusão escolar e social para a comunidade surda atual e futura.

Questão 2. “Existem pontos relevantes sejam positivos ou negativos que foram e são encontrados na criação e no funcionamento da escola?”:

[...] A partir de agora dentro da escola bilíngue o input dos alunos vai acontecer a partir da língua deles, a sua língua natural, que é a língua de sinais. Muito embora eles também terão acesso à língua portuguesa, mas dessa vez escrita. Porque as escolas deveriam ser inclusivas, eu digo deveriam porque na prática a maioria não é inclusiva. [...] mas tem outros aspectos de relevância, como por exemplo, a escola ser um espaço de socialização, de seus pares. De nós surdos podermos ter outras pessoas surdas comumente convivendo com a gente. Não que a gente veja isso como aspecto de segregação. Não, não é isso, mas com um espaço de interação. Onde a gente pode interagir conversando sobre os nossos anseios, sobre os nossos desejos, sobre os nossos medos. E outra, dentro da própria escola passa a ter uma representatividade porque deve ter, deveria ter dentro das escolas bilíngues outros como funcionários, professores surdos. Então, o aluno surdo passa a se ver naquele professor. [...]. A questão dos pontos negativos, eu vejo que precisa ainda mais investimento, porque sem investimento na escola não tem como funcionar. Precisam de maiores investimentos e mais seriedade também. Quando eu falo seriedade eu falo no sentido que tanto

o poder público municipal como estadual e até o federal deveria ter um pouco mais de investimento e até rigidez nas regras do próprio funcionamento da escola bilíngue [...], mas foi sempre muito difícil da gente conseguir profissionais que sejam bilíngues. Hoje nós contamos com muitos bons profissionais que estão dispostos a aprender, e aprender a aprender. [...] Agora mesmo nós tivemos concurso e infelizmente o edital deixou a desejar. Assim, são algumas desvantagens que poderiam ser sanadas se levassem mais a sério esse seguimento [...] nós somos pessoas (Luta).

A escola bilíngue está libertando surdos e ouvintes da região. A lei é quase perfeita e o projeto é o mais perfeito para o momento. O projeto de escola bilíngue está de acordo com os surdos brasileiros, os professores ouvintes, educadores de surdos que fizeram um projeto com um monte de gente, dizendo que a escola que quero é essa. [...] São pontos simplesmente positivos. O que deixa a desejar é a gestão que ainda não está cumprindo e ainda não entendeu o que é o projeto. Eles só entendem que é uma escola regular parecida com a dos ouvintes e não se trata disso. Os professores têm que ser surdos, o diretor, os serviços gerais, o secretário [...], como não existe isso ainda, isso porque nós estamos ainda criando essa escola, apesar de já ter avançado muito e muito [...] (Inclusão).

A partir da movimentação feita pelas ONGs: Hellen Kelly [...] e da Associação de Pais e Amigos dos Surdos, e a APAS, que anterior a Hellen Kelly, já estava se mobilizando para um projeto de educação bilíngue em Parnaíba acontecesse [...], foi possível criar um projeto de lei que desse início à fundação da escola. Inicialmente, este projeto foi aprovado pela câmara municipal, ele foi sancionado pelo prefeito, e que a escola deveria surgir, ser fundada imediatamente. Então, inicialmente não dispúnhamos de professores surdos, não tínhamos professores bilíngues em grande quantidade, o número de alunos surdos que encontramos ainda era pequeno para que existisse uma escola. A proposta pedagógica, tudo que foi criado, foi feito de forma muito rápida por conta da urgência que foi dada pela gestão municipal para que a escola existisse. A partir daí a escola começou a funcionar, ainda não com a estrutura física adequada. Era necessário ter toda a documentação pronta e também ter a população que seria assistida. Tudo isso foi feito muito rapidamente no período de um ano, foi o ano de 2022. A partir de 2023 que a escola começou a passar por um processo de reorganização e a adequação para que ela ficasse dentro dos parâmetros exigidos a nível municipal, que foi pela aprovação do Conselho Municipal de Educação, e que ela também já tivesse registrado o seu número de INEP junto ao MEC. Feito isso, a escola hoje, em dois anos de funcionamento, já está passando por uma outra reavaliação, outra readaptação. Não só do ponto de vista estrutural para funcionamento, quanto para adequação curricular para que ela atenda às exigências de uma escola totalmente bilíngue onde a língua de sinais é a primeira língua (Equidade).

[...] para mim o ponto negativo desde a elaboração do projeto da criação da escola, e ainda hoje é, são as pessoas que não acreditam nesse trabalho. São as pessoas que não acreditam que uma pessoa surda, ela pode estudar, ela pode se formar, ela pode trabalhar no que ela quiser, ela pode casar, ela pode constituir uma família. Então, o ponto negativo de todo esse percurso são as pessoas que não acreditam na pessoa surda, é esse preconceito que ainda está enraizado nas pessoas na sociedade em ver uma pessoa surda. Ela não vê a pessoa. São pessoas que ainda chamam de “mudinho”, “surdo-mudo”. Ela não vê a pessoa só ver a deficiência. Não só as pessoas surdas, mas outras pessoas, né?! É o capacitismo ainda na mente de muitas pessoas que são capacitistas que observam só o que elas não podem fazer. Então, para mim, a maior barreira, o ponto mais negativo é o capacitismo das pessoas. [...] Então, quando estávamos lá nas reuniões, uns levantavam e diziam para que essa escola? você nem tem aluno. Aí outros diziam, como os alunos podem se matricular se não tem escola? O ponto positivo são as pessoas que acreditam no surdo. Tanto acreditaram que criaram a escola. Uma escola que começou com 21 alunos surdos e hoje tem mais de 200 alunos. Não só alunos surdos, mas CODAS, parentes de surdos e familiares, e outras pessoas que matricularam seus filhos acreditando que podem ter uma educação bilíngue e que para o futuro isso será bem benéfico para eles (Política Pública).

Ficou evidente que para Luta, Inclusão, Equidade e Política Pública a criação da escola bilíngue libras-português proporciona uma educação escolar diferente da que os surdos têm nas escolas com ensino regular junto aos ouvintes. Foi pontuado que na escola bilíngue há o estudo da própria língua, que é a libras, é um espaço de socialização, há representatividade, e é uma escola pensada também pelos surdos e para eles.

Luta fala sobre investimento: “Precisam de maiores investimentos e mais seriedade também. Quando eu falo seriedade, e eu falo no sentido que tanto o poder público municipal como estadual, e até o federal deveria ter um pouco mais investimento e até rigidez nas regras do próprio funcionamento da escola bilíngue [...]”. Equidade não menciona diretamente nenhum ponto negativo, apenas deixa claro que para a criação da escola houve um esforço das instituições, como a ONG e a APAS, para que verdadeiramente a escola fosse efetivada.

Inclusão destaca que “O que deixa a desejar é a gestão que ainda não está cumprindo e ainda não entendeu o que é o projeto. Eles só entendem que é uma escola regular parecida com a dos ouvintes e não se trata disso”. Já Política Pública coloca um certo pessimismo dado por muitas pessoas a respeito da possibilidade da existência e funcionamento da escola bilíngue, atitudes consideradas por ela como capacitismo. As contradições entre o que é legitimado e o que é realizado é um entrave que se complementa à falta de informação e até formação da sociedade, inclusive daqueles que estão à frente de órgãos públicos.

As falas revelam a concepção que têm sobre educação inclusiva e, principalmente educação bilíngue para surdos. Na fala de Luta, por exemplo, é explicado que a intenção de ter um espaço bilíngue para surdos não é segregar, e sim, possibilitar interação entre os agentes da comunidade, ou seja, a escola é vista como um espaço que ultrapassa a aprendizagem de conteúdos. Ainda é inferido que a participação ativa para a constituição e funcionamento da escola é imprescindível.

A Inclusão menciona que o trabalho para educação de surdos na modalidade bilíngue em Parnaíba é recente e já tem avançado na busca de se ter uma educação realmente inclusiva. Política Pública cita o aumento no quantitativo de estudantes na escola bilíngue, e ressalta como tem sido o envolvimento para além dos discentes, como pais, responsáveis e diversas pessoas. A literatura corrobora que a participação da comunidade escolar é algo fundamental para a qualidade e o bom desempenho escolar de qualquer indivíduo, ainda mais pelos desafios enfrentados por surdo e seus familiares que muitas vezes ainda estão no estágio inicial de aprendizagem da libras.

Questão 3. “Quais ações e estratégias você poderia citar que podem ser desenvolvidas para os estudantes acessem e permaneçam na escola bilíngue libras-português de Parnaíba-PI?”

Eu vejo que uma boa ação desenvolvida seria existir uma equipe de busca ativa para as escolas bilíngues. Essa equipe ser nomeada pela própria prefeitura, pela própria Secretaria de Educação, mas uma equipe de verdade, com conhecimento de verdade, bilíngue de verdade. E essa equipe pudesse visitar outras cidades da nossa região circunvizinha. Claro, primeiro ter uma busca massiva aqui dentro de nossa cidade, das comunidades, buscar outras parcerias e entidades religiosas. A própria APAE e outras associações de bairro que pudessem estar mobilizando as comunidades para que as famílias de pessoas surdas conhecessem o trabalho da escola bilíngue. E depois de conseguir, digamos que completar a matrícula com as pessoas daqui da cidade a gente pudesse visitar outras [...]. Claro, um trabalho em conjunto entre os governos de cada município para que a gente possa fortalecer a nossa escola. E a história da permanência, incentivos, né?! Hoje em dia nós temos programas do Governo Federal, por exemplo do Ensino médio em que os estudantes ganhem uma bolsa mensal para que os estudantes continuem estudando. [...] Mas também essas questões de investimento porque nós sabemos que cada um tem sua realidade de se deslocar no município para outro deixar, de trabalhar para estudar. Então, como é que isso vai acontecer que possa gerar permanência dos alunos, né? O pai e a mãe que precisa também e o material didático [...] (Luta).

Essa escola ainda não é própria, ainda não é uma escola democrática. [...] Tá precisando de professores, tá precisando de escola própria. [...] Todo surdo que souber de uma escola bilíngue ele quer ir pra lá, mas tem uns pais que não deixam. Aí a gente vai fazer o quê? Mandar a polícia na casa dos pais que não querem? Porque alguns parecem que só querem o dinheiro, BPC, e tem medo até que os surdos vão para a escola. Vamos lá dar sermão? Persuadir essas pessoas? Não tem como. [...] Olha, o G. já tem 45 anos ele não queria ir para escola, mas foi um dia a tarde e ficou impressionado. A V. quando entrou naquela escola que viu nós usando a língua dela, não queria ir embora com a mãe de jeito nenhum. E aconteceu com muitas crianças surdas. [...] saíram de lá, saíram chorando ainda sem estar inaugurada. [...] As estratégias são arquitetônicas, os professores surdos e os surdos não querem. [...]Tantos pais choraram no dia que chegaram nessa escola. [...] não acreditavam naquilo. [...]. Chegamos num lugar lá reservado, que era um posto de saúde, com casa de aranha, não tinha espanador, não tinha nada, mas já pra receber as matrículas e os pais. [...] Toda secretaria de educação e toda a gestão tem que pensar que surdo, cultura, identidade do surdo, educação, literatura, história é totalmente diferente da cultura ouvinte. Mas eles não entendem, não entendem, por essa razão ainda está tudo muito atrasado [...] (Inclusão).

Seguindo a legislação vigente de educação bilíngue [...] tentamos trazer para a escola o público alvo: surdos, surdos com outras deficiências associadas, como altas habilidades, com autismo, os CODAS, filhos de surdos, e os optantes por uma educação bilíngue. [...] além de busca ativa, fizemos divulgação nas mídias locais: televisão, jornal, redes sociais para que fosse feito uma divulgação da escola, mostrando a importância para comunidade surda e não só a comunidade surda, mas para os familiares dessa comunidade [...] para que a gente pudesse numa escala menor

mostrar o desenvolvimento de uma sociedade bilíngue. A partir daí, anualmente a gente faz uma divulgação nessas redes sociais nas mídias locais, para as cidades vizinhas circunvizinhas estarem trazendo a população surda para estudarem aqui (Equidade).

Bem, as ações e estratégias que nós poderíamos aqui citar, na escola já está sendo feito isso. É o acolhimento, os professores que entram lá e que realmente tem o mesmo pensamento que o nosso em acreditar na pessoa surda, temos a capacitação contínua todos os sábados, seja letivo ou não, temos essa capacitação com professores que são intérpretes que estão lá nos ajudando, nos orientando e estamos estudando, estudando bastante para podermos nos capacitar para atender o aluno surdo. Nós sabemos que a educação do surdo é diferenciada da dos ouvintes. [...] são estratégias que o professor não pode fugir porque senão o aluno surdo não vai aprender. Então, o professor tem que estar mesmo disposto a aprender como se trabalha com surdo porque senão ele não permanece na escola. Então, vai ser igual as outras escolas que o surdo passou e que o professor só oralizou, só se preocupou com o português. Então, ele não fica, ele não permanece, né?! Por isso, os surdos que estão na escola não querem nem entrar em férias. Chega no mês de julho eles não querem, por quê? Porque o ensino, a dinâmica do ensino que é feita é maravilhosa, né?! Eles amam estar na escola, amam aprender. Então, essa é a estratégia para que o aluno se matricule e permaneça [...] (Política Pública).

Luta cita a formação de equipe de busca ativa para região, ela acredita na força que a mobilização de entidades e instituições podem ter em busca de uma educação para todos aconteça. Acredita também que isso só é possível com a soma de esforços dos governos federal, estadual e municipal, e sugere uma bolsa para os estudantes justificada na fala a seguir, “[...] nós sabemos que cada um tem sua realidade de se deslocar no município para outro deixar, de trabalhar para estudar. Então, como é que isso vai acontecer que possa gerar permanência dos alunos, né? O pai e a mãe que precisa também e o material didático [...]”.

Primeiro, a sua fala demonstra que não existe nenhuma das estratégias citadas, consideradas basilares para a efetivação da educação inclusiva, focadas tanto no acesso quanto na permanência dos estudantes surdos; segundo, sua percepção de como a escola bilíngue libras-português de Parnaíba tem abrangido diferentes idades e pessoas surdas de outros municípios, e que as ações de apoio à elas são reduzidas, o que reforça ainda mais a importância de investimento do Poder Público não apenas em Parnaíba e nem somente em nível municipal.

Diante do questionamento, Inclusão reflete sobre as dificuldades encontradas na busca ativa escolar junto às famílias, aparentemente acostumadas com a exclusão escolar e amparo assistencialista. Diante disto, as estratégias da busca ativa devem ser somadas à sensibilização familiar sobre a educação de surdo, suas consequências e importância para o desenvolvimento integral da pessoa com surdez.

Inclusão coloca ainda, “toda secretaria de educação e toda a gestão tem que pensar que surdo, cultura, identidade do surdo, educação, literatura, história é totalmente diferente da cultura ouvinte. Mas eles não entendem, não entendem, por essa razão ainda está tudo muito atrasado [...]”. Então, ela expõe a falta de conhecimento sobre educação bilíngue e bilinguismo que pode colaborar direta e indiretamente no desenvolvimento de estratégias para incluir o surdo na escola.

Segundo Equidade, o trabalho que tem sido feito é voltado para a publicização da escola bilíngue como forma de sensibilizar toda a sociedade sobre o movimento de uma educação bilíngue na cidade de Parnaíba, que tem o anseio de ampliar o alcance intermunicipal. Sua fala é direcionada para as ações que realizam com o objetivo de esclarecer sobre o ensino bilíngue para surdos, e de como têm colaborado na busca ativa de estudantes. O foco das ações de sensibilização mencionadas está no uso das redes sociais como meio de busca e divulgação das matrículas.

Política Pública aposta na formação permanente dos professores para o melhor direcionamento do processo de ensino e aprendizagem do surdo que é bem específico, como no destaque a seguir: “Então, o professor tem que estar mesmo disposto a aprender como se trabalha com surdo porque senão ele não permanece na escola”.

As respostas dadas pelos sujeitos desta investigação contemplam aspectos fundamentais para reflexões sobre a educação bilíngue, que não se limitam às questões educacionais, mas também, culturais e sociais. Além disso, as ações e

estratégias citadas e que deveriam ser realizadas direcionam-se para agentes de dentro e fora da escola, pertencentes às famílias, mas também ao Poder Público, uma vez que o trabalho requer investimento financeiro. O auxílio deve ocorrer desde o momento em que a família confirma a surdez em seu filho, assim como, investir em políticas públicas para o transporte público, merenda escolar, recursos humanos e formação inicial e permanente de profissionais especializados.

Questão 4. “Como você ver as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal atuais para a educação bilíngue”?

A gente precisa colocar em prática muita coisa tanto que não é só nas políticas públicas, mas até mesmo no conhecimento acadêmico tem muita coisa que fica nas estantes, fica nos livros nos repositórios. Então, eu acho que existe muito texto legal interessante, positivo para a educação, mas, às vezes, fica só lá no papel. Eu sei que a própria comunidade surda também tem que cobrar, tem que reivindicar, mas é complicado porque nós surdos somos vistos como coitadinhos. [...] Tem que ir lá no poder público federal cobrar. O que o estado tá fazendo? Não fez? O que ele vai levar de advertência? O que o município tá fazendo? E principalmente, ter um número exato. Era preciso que tivesse um tipo de censo municipal em todo Brasil para que nós soubéssemos, de verdade, quantas pessoas surdas tem na cidade e quais seriam as melhores políticas para estas crianças. O que nós temos é o IBGE e ele faz amostragem. O IBGE faz amostragem e agora como tudo é online [...], eles sorteiam um formulário que nem te reconhece como pessoa com deficiência. [...]. Então, as políticas públicas ainda deixam a desejar e eu sou, inclusive, adepto que, principalmente, as políticas públicas para as pessoas surdas e outras especificidades e condições, deveriam ter no conjunto das pessoas que pensam essas políticas pessoas surdas também. Imagina aí eu sendo surdo, eu sendo convidado a participar de decisões que desrespeito a minha comunidade? É preciso que nós também estejamos lá, mas a gente não está, os ouvintes que estão decidindo a nossa própria sorte (Luta).

Já se fala em bilinguismo libras-português para surdo há algum tempo, só que quem atua mais nesta parte são as associações, são os doutores surdos que estão sempre em movimento, estão sempre buscando melhorias, mas na esfera estadual e municipal eu vejo absolutamente nada. [...]. Olha como eu dizia para mim e para todas as pessoas é que no dia que um pai, uma mãe de um surdo forem trabalhar no MEC as coisas vão melhorar. Eu não pensava nem no surdo, mas não era porque tem muitos que nem se interessam, querem nem saber. [...]. Mas quem entrou mesmo foram surdos e são eles que estão agilizando isso aí [...] que avançam à frente das políticas públicas para surdos (Inclusão).

As políticas públicas voltadas para a escola bilíngue de Parnaíba, na instância municipal tem recebido grande apoio da gestão municipal [...], nos dando autonomia para decidirmos junto à comunidade escolar o que é melhor para o desenvolvimento. [...]. Falta ainda a estrutura física porque eles não imaginavam que a escola cresceria tão rápido. [...]. Em âmbito estadual, o desenvolvimento, por exemplo da língua de sinais e o apoio é feita através da presença de intérpretes em sala de aula. Nós sabemos que isso não é o suficiente. É necessário fazer todo um trabalho também com os professores. O que acontece, por exemplo, na escola bilíngue, em que os professores e demais funcionários estão em formação continuada. [...]. No estado, apenas o intérprete de língua de sinais não é capaz de assegurar a inclusão do aluno surdo. Então, o aluno surdo ele teve uma base na educação, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, mas se ele chega nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e não há uma participação do professor...O erro é exatamente em delegar para o intérprete a função de ensinar. Isso não está adequado. Há possibilidades de mudança com relação a isso, mas é necessário reflexão a cerca deste equívoco que está acontecendo. Em âmbito federal, os recursos estão chegando para o município através do PPDE para que a escola esteja se adequando cada vez mais para receber o público alvo. Então, é necessária uma comunicação entre os três órgãos, mas ainda há falhas e a necessidade de melhoria e reflexão acerca da educação dos surdos (Equidade).

As políticas públicas em nível federal são tão distantes da gente, né? As estaduais também eu desconheço e municipal eu conheço somente que um vereador e fez uma lei em 2019 para a sociedade mesmo. Essa lei de 2019 dar obrigatoriedade que em todas as repartições públicas ou privadas tenham uma pessoa que saiba a libras para atender o surdo e é o que a gente não vê. Ela não é cumprida. Eu sei que tem essa lei aqui e temos também a lei que legaliza o ensino bilíngue, mas é falando a respeito dos intérpretes. Mas assim, é só aquele “oba oba”. “Fulano” ou “Sicrano” fez e assinou uma lei, mas depois esquece. É tipo quem comemora, em uma repartição ou uma escola ou algum lugar, o dia do surdo, 26 de setembro. “Tem o setembro azul!”, “Vamos fazer um evento!”, aí depois é só para tirar foto e abraçar a pessoa surda. Mas e o dia a dia? como nós fazemos nas ONGs, né?! Pode até dar uma cesta básica naquele dia, tudo bem, mas o resto do ano? O que o surdo vai fazer se não formos nós da ONGs com as cestas básicas, ir a uma consulta, acompanhar no exame como a gente acompanha, né? Os voluntários da Ong que acompanham eles no banco porque não tem ninguém lá que saiba libras ou na clínica. Então, é assim, eu não vejo assim com bons olhos não. Eles podem até tentar, né? Como eu digo, fazer coisas pontuais, mas no dia a dia não (Política Pública).

Luta opina que muito é falado, escrito, mas pouco é realizado. Uma crítica à academia que deve ser levada em conta pelos pesquisadores e por aqueles que escrevem projetos de leis, decretos, entre outros. Refere-se à comunidade surda que deveria se manifestar, mas, talvez, não é dado crédito ao surdo, que é tratado como coitado. No entanto, percebe a falta de cobrança devida ao poder público sobre o investimento na educação inclusiva, que começa na inexistência de um levantamento adequado da comunidade surda.

Luta indica que a cobrança ao Estado deve ser rígida, o responsabilizando verdadeiramente pelo não cumprimento dos direitos do surdo, como mostra o trecho a seguir: “Tem que ir lá no poder público federal cobrar. O que o estado tá fazendo? Não fez? O que ele vai levar de advertência? O que o município tá fazendo? E principalmente, ter um número exato”. Por fim, conclui que ao saber ao certo quem é o público alvo da educação bilíngue, onde estão e em que condições se encontram as políticas públicas tornariam se mais exequíveis.

Inclusão diz, que de seu conhecimento, as políticas públicas que têm partem do governo à nível federal, e as conquistas em relação à educação de surdo atuais aconteceram graças ao esforço de poucos, principalmente vindos de participantes de instituições filantrópicas. Ao tempo que Inclusão faz esta afirmação, ela evidencia a participação do surdo como sujeito ativo, o que é exemplo para outros surdos agirem em outros âmbitos. No entanto, para que haja essa movimentação advinda das próprias pessoas surdas é necessário que tenham amplo conhecimento de si, de sua cultura e de todas as nuances que envolvem a educação bilíngue. O primeiro passo isto acontecer é por meio da escolarização básica, e consequentemente, terão a compreensão de mundo.

Equidade descreve ações realizadas por cada esfera de poder. O primeiro é que o município dar autonomia para a escola bilíngue realizar o trabalho que está ao seu alcance; o estado volta-se para disponibilização de intérpretes de libras nas outras escolas regulares, e o Governo Federal tem passado os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Sua resposta é objetiva ao que ver ou percebe ao seu redor, comentando apenas que existem falhas, por meio de políticas públicas sem especificá-las.

Política Pública é direta em dizer que desconhece políticas públicas voltadas para o ensino bilíngue em Parnaíba. “[...]Eu não vejo assim com bons olhos não. Eles podem até tentar, né?! Como eu digo, fazer coisas pontuais, mas no dia a dia, não”. A fala de Política Pública faz com que entendamos a existência de ações pontuais que não contemplam, em sua visão, com as especificidades estudantis dos surdos, e consequentemente com as necessidades atuais e diárias da escola bilíngue. Afirma ainda que o apoio dado para a comunidade surda ocorre mediante as ações do voluntariado das instituições. Diante disso, identificamos que os sujeitos coadunam em muitos pontos e suas respostas complementam a idealização que têm sobre o ensino bilíngue libras-português de Parnaíba e região, mencionado situações de acordo com seus pontos de vistas.

4.2 O Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue libras-português de Parnaíba

Após a inauguração da escola bilíngue libras/português de Parnaíba-PI, o Projeto Político Pedagógico, no qual descreve metas e objetivos em torno dos processos de ensino, aprendizagens e desenvolvimento do surdo, começou a ser elaborado e tem passado por reformulações. A versão mais atualizada corresponde ao ano de 2024. O documento é composto por treze 13 itens: 1. Apresentação; 2. Justificativa; 3. Identificação da Instituição; 4. Missão; Histórico da Escola; 5. Diagnóstico; 6. Fundamentação Pedagógica; 7. Objetivos, 8. Organograma; 9. Perfil do Egresso; 10. Estrutura e Organização Didático-escolar; 11. Instalações e Condições materiais; 12. Acompanhamento; 13. Controle e Avaliação das Ações da Proposta Pedagógica.

Percebemos em cada item a busca para o alcance do princípio da escola destacado em sua missão que é, segundo o próprio documento, “garantir o pleno desenvolvimento dos sujeitos surdos respeitando as características biológicas, culturais e sociais promovendo assim a imersão desse indivíduo numa Cultura Bilíngue” (Nascimento *et al*, 2024, p. 7). É notório, que o

documento faz jus a perspectiva de educação bilíngue e a complexidade da comunidade surda.

No item 1, 2 e 3 é evidenciado a busca pela constante verificação da proposta para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da comunidade surda local e da região circunvizinha com a organização técnica e didático-pedagógica. Todos os elementos citados são considerados fundamentais para a qualidade escolar e o atendimento do público-alvo que necessita ser incluído não apenas no contexto escolar.

Em relação à necessidade do ensino da Língua 1 (Libras) e Língua 2 (Português, na modalidade escrita), o documento propõe a existência do relacionamento direto das famílias dos estudantes com a escola para a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Essa parceria colabora com o desenvolvimento do estudante surdo porque precisa interagir dentro e fora da escola, utilizando a sua língua natural, a libras, que muitas vezes, não é conhecida e nem aprendida pelos próprios familiares.

Os itens 3 e 6 revelam a necessidade de adequações que interferem diretamente na qualidade da educação bilíngue. Estas são prioridades relacionadas ao acervo material técnico e didático-pedagógico, estrutural e formativo. Não há como falar sobre inclusão do surdo na escola se os professores não são capacitados e não conseguem desenvolver uma prática condizente com a língua visuoespacial a ser utilizada como elo primeiro de comunicação e concomitantemente, de desenvolvimento cognitivo. Por sua vez, os professores devem receber suporte de materiais e recursos para propor atividades adequadas aos estudantes surdos.

Em sua íntegra, é inferido do PPP, a urgência de investimentos na escola bilíngue libras-português de Parnaíba/PI diante do perfil diverso dos estudantes e suas especificidades de aprendizagem e desenvolvimento. A diversidade da comunidade surda é característica presente, assim como, os estudantes ouvintes possuem diferenças na forma de lidar com o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme o item 7, a educação bilíngue tem também como objetivo a ampla inserção e participação da comunidade surda para transformação social, o que “[...] só se tornará realidade e será alcançado quando os surdos adultos, usuários modelos da Língua de Sinais, estiverem engajados no processo educacional das escolas, não somente como alunos, mas como professores, quando adequadamente habilitados para o exercício desta função” (Nascimento *et al*, 2024, p. 16). A possibilidade do surdo se engajar diretamente como profissional na escola é ideal e promissora para no que tange à educação integral e conquistas da comunidade surda.

A meta traçada no item 10 relaciona-se ao retorno de estudantes egressos surdos como professores à instituição escolar para a efetivação da proposta elementar de uma escola bilíngue. Finalidade salutar para o fortalecimento da rede de apoio e colaboração de toda a comunidade surda na manutenção das atividades na escola.

Em suma, o documento apresenta uma visão geral da comunidade surda de Parnaíba e região circunvizinha, e busca-se adequações possíveis para o melhor atendimento daqueles que já frequentam a instituição, como podemos identificar nos itens 11 e 13.

Por fim, analisamos ser fundamental documentar e esclarecer as ações, estratégias e parceiras para a busca ativa dos estudantes no Projeto Político Pedagógico, bem como é crucial a reformulação do PPP da escola para potencializar os objetivos a serem alcançados e direcionar as ações didático-pedagógicas, o que colaborará nas reivindicações de iniciativas do poder público para melhor acesso e permanência dos estudantes.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias utilizadas na busca ativa de estudantes surdos como forma de garantir o acesso e a permanência na escola bilíngue – libras-português da cidade de Parnaíba-PI, tendo como material de

análise, o Projeto Político Pedagógico da escola bilíngue libras-português de Parnaíba (PI) e a entrevista aberta realizada com representantes da escola bilíngue, associações e movimentos sociais.

As reflexões trazidas pelos representantes das instituições mencionadas são consideradas como olhares fundamentais na discussão de uma educação inclusiva e de qualidade para todos, por se tratarem de participantes ativos nas ações e na luta pelos direitos da comunidade surda local. A análise das respostas revelou valores, crenças e princípios sobre a temática, complementada pelas informações verificadas no Projeto Político Pedagógico.

Sobre o PPP, apesar de condizer com conceitos defendidos por especialistas sobre educação bilíngue e educação de surdos, a reformulação do documento é inevitável para potencializar o alcance dos objetivos e para direcionar as ações didático-pedagógicas, bem como reafirmar a necessidade de políticas públicas para a efetivação do ensino bilíngue libras-português. Por conseguinte, os projetos e ações escritos precisam ser projetados, evidenciando e esclarecendo as ações de busca ativa estudantil para o acesso e permanência do surdo na escola.

Identificamos, ainda, desafios que demonstram o trabalho desenvolvido por instituições filantrópicas para a manutenção da escola e para a garantia de acesso, permanência e sucesso do surdo, diante de um cenário de políticas públicas reduzidas. Entre eles, ressaltamos o trabalho pautado no voluntariado; informações escassas e desencontradas sobre as pessoas com deficiência, comunidade surda e educação de surdos no estado do Piauí; e a falta de mobilização conjunta das esferas dos poderes federal, estadual e municipal.

Diante disto, os resultados propõem que apenas o esforço coletivo da comunidade escolar não é suficiente para que haja a garantia do direito das crianças e adolescentes, assim como de adultos que não tiveram acesso à escola na infância, a fim de que tenham uma educação de qualidade e sejam capazes de serem incluídos em outros espaços sociais. Há ainda a reflexão sobre a justificativa da existência de uma única escola bilíngue piauiense. Portanto, as políticas públicas para atender a demanda da comunidade surda no que diz respeito à educação bilíngue no estado do Piauí, com acesso e permanência, ainda são insipientes.

Consideramos, assim, que para que haja algum avanço, as políticas educacionais precisam ser pensadas concomitantemente com as políticas linguísticas. O direito à educação do surdo, e de qualidade, não pode ser pautado somente no auxílio mínimo do Estado e no trabalho desenvolvido por ações voluntárias.

Por fim, evidenciamos que o levantamento de literatura específica sobre a educação bilíngue piauiense e o processo de coleta de informações e dados sobre a comunidade surda da região deve ser destacado como uma das dificuldades encontradas para a produção deste estudo. Logo, ressaltamos que a falta de um mapeamento oficial se mostrou como peça desafiadora para reflexões objetivas do contexto da escola bilíngue investigado.

Referências

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (1996). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Brasil. (1996). Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil. (2024). Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos na LDB. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.html.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Editora Edições 70.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Editora Artmed.
- IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. IBGE (2024). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>.

- IBGE (2024). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>.
- Dayrell, J. (1996). A escola como espaço sócio-cultural. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 194, 136-162.
- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. (2013). A luta da comunidade surda brasileira pelas escolas bilíngues para surdos no Plano Nacional da Educação – PNE Rio de Janeiro: Autor.
- Gala, A. S. (2024). Censo IBGE 2022: saiba qual é o cenário das pessoas com deficiência no Brasil. Hand Talk, 2024. <https://www.handtalk.me/br/blog/censo-ibge-2022/>.
- Goldfeld, M. (1997). A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. Editora Plexus. https://books.google.com.br/books?id=bM_MhU5SUWsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP. 26(2). <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- Piauí (2022). Leis Municipais. Lei Complementar 56 2022 de Parnaíba PI. <https://leismunicipais.com.br/a/pi/p/parnaiba/lei-complementar/2022/6/56/lei-complementar-n-56-2022-dispoe-sobre-a-criacao-da-escola-municipal-bilingue-libras-portugues-no-municipio-de-parnaiba>.
- Lima, C. M. de. (2015). Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores. Wak Editora.
- Lodi, A. C. B. (2021). Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica. In: Lacerda, C. B. F.; Santos, L. F. (org.). Tenho um aluno surdo, e agora? introdução à libras e a educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar.
- Lodi, A. C. B. (2015). Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. In: Lodi, A. C. B., Mélo, A. D. B., Fernandes, E. (org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. (2 ed.). Editora Mediação.
- Mélo, A. D. B., Araújo, J. R., Soares, F. P. (2015). O direito dos surdos à educação (um estudo com jovens de 14 a 22 anos). In: Lodi, A. C. B., Mélo, A. D. B., Fernandes, E. (org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. (2 ed.). Editora Mediação.
- Minayo, M. C. de S. (org.) (2001). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. (18 ed.). Editora Vozes.
- Nascimento, C. S. S., Pereira, A., Silva, A. P. S., Marques, C. M. G., Val, D. de A. *et al* (2024). Projeto Político Pedagógico. Escola municipal bilingue libras/português de Parnaíba-PI. Parnaíba: Piauí.
- Quadros, R. M. (1997). Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Editora Artes Médicas.
- Quadros, R. M. (2011). Língua de herança: língua de sinais. Editora Penso.
- Quadros, R. M. (2015). O “BI” em bilinguismo na educação de surdos. In: Lodi, A. C. B., Mélo, A. D. B., Fernandes, E. (org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. (2 ed.). Editora Mediação.
- Quadros, R. M. de. (2017). Língua de Herança: a Língua Brasileira de Sinais. Editora Penso.
- Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), 12, 10-16.
- Skliar, C. (2016). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. (8 ed.). Editora Mediação.